

PROCESSO: 6800-79.2006.5.24.86 (RO) – Pleno

JUIZ RELATOR:MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

PUBLICAÇÃO: DO/MS de 11/06/2007

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública com vistas à condenação dos réus, entidades sindicais das categorias econômica e profissional, a absterem-se de inserir, em novas convenções coletivas de trabalho que venham a celebrar, cláusulas que aponta como ilegais. Ocorre que um dos réus celebrou com o autor, depois da propositura da ação, termo de ajuste de conduta visando, em suma, a acolher a pretensão deduzida na inicial. Assim, **correta a sentença que, sob o fundamento de que referido ajuste obstará a formalização de novos ajustes, declara extinto o processo, sem julgamento do mérito, em face da perda superveniente, pelo autor, do interesse de agir.** Recurso a que se nega provimento.